

**PAUTAS DE REIVINDICAÇÃO DA OCUPAÇÃO FEMINISTA
DA REITORIA DA UFG**

TODAS AS REIVINDICAÇÕES FORAM FORMULADAS POR MEIO DE ASSEMBLEIAS E DELIBERADAS DE FORMA DEMOCRÁTICA POR MULHERES, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO O VOTO DA MAIORIA.

A OCUPAÇÃO NÃO ESTÁ APARELHADA A NENHUM PARTIDO OU ENTIDADE POLÍTICA ESTUDANTIL. OU SEJA, TRATA-SE DE UM MOVIMENTO HORIZONTAL.

FORAM LEVADAS EM CONSIDERAÇÃO A NECESSIDADE DE ABRANGER DIFERENTES GRUPOS ÉTNICOS, SOCIAIS E SEXUAIS.

A ocupação feminista da Reitoria da Universidade Federal de Goiás (UFG), iniciada no dia 15 de junho de 2016, é um movimento que reivindica políticas e ações afirmativas de gênero e raça na UFG. No sentido de exigir a construção de uma universidade mais democrática, plural, horizontal e inclusiva. Lutamos contra a discriminação de gênero, sexual, étnico-racial e social. Repudiamos todas as formas de opressão. Exigimos que a UFG adote políticas para uma educação libertária, que promova o respeito aos direitos e a individualidade e diversidade de mulheres, pessoas negras, e integrantes da comunidade LGBT; para o combate ao assédio moral e sexual e promoção da segurança e da cidadania.

- Melhor iluminação do campus

Hoje, no Campus Samambaia, as luzes são apagadas às 19h. Reivindicamos que TODAS as luzes das ruas do Campus sejam ligadas a partir das 4h30, para atender às funcionárias terceirizadas, que iniciam seu turno de trabalho às 5 horas. Exigimos, também, que no período da noite as luzes permaneçam acessas até as 23 horas, período em que se encerram as atividades do Campus. No Campus Colemar Natal e Silva, as luzes dos

estacionamentos são apagadas no mesmo horário. Há, também, ausência de iluminação nas ruas que ficam entorno de muitos prédios. Mesmo as luzes existentes ainda são insuficientes. Exigimos, urgentemente, iluminação, com refletores, em pontos específicos, tais quais estacionamentos e passarelas entre os prédios, em ambos os campus. É indispensável que as luzes passem pelo processo de revitalização e que as novas lâmpadas disponham de sensores de luz de alto alcance.

- Maior segurança no campus

É nítido, para nós, que a Polícia Militar na Universidade não é sinônimo de segurança, pelo contrário, a polícia é uma instituição que oprime mulheres, nos violentando e deslegitimando. Além de ser uma instituição racista que criminaliza pessoas negras e os movimentos sociais. Assim, reforçamos que não estamos pedindo mais policiamento no campus e, sim, um novo projeto de segurança. Para isso, é necessário que sejam incluídas estudantes na Comissão de Política de Segurança da UFG, com participação paritária e deliberativa entre estudantes e demais categorias, com reuniões abertas. Exigimos, também, uma guarda universitária humanitária no campus. Isto é, profissionais com capacitação para lidar com casos de assédio, estupro e assalto, inclusive, profissionais mulheres, o que se daria por meio de um curso de formação que abordasse esses temas, reforçando, que essa política da guarda não aja pelo viés da repressão. Para isto, faz-se necessário o pagamento imediato d@s guard@s e recontração dos funcionários demitidos.

Ademais, a guarda da Casa de Estudantes Universitários é problemática, fazendo-se necessário um novo projeto político de segurança a ser construído junto com estudantes.

- Revitalização do bosque

O fechamento e restrição do acesso ao bosque em nada favoreceu a segurança do campus. Pelo contrário, criou somente um espaço escuro e abandonado, tornando-se um ponto cego na universidade, de difícil acesso e ausência de segurança. Sendo um espaço vulnerável no campus. Reivindicamos, então, uma revitalização humanitária no bosque, o

que inclui sua abertura e preservação, considerando que se trata de um patrimônio natural da UFG.

- Ouvidoria

A ouvidoria é um instrumento de conquista d@s estudantes. No entanto, mostra-se insuficiente, uma vez que não há prioridade entre os casos denunciados, nem prazo entre denúncia e abertura de processo. Não há, também, uma estrutura adequada para atender a quantidade de demandas. Exigimos, também, uma política constante de divulgação da função da ouvidoria. Não há transparência na tramitação dos processos e denúncias e nem ampla divulgação delas. Desta forma, exigimos um prazo entre a denúncia e a abertura de processos, além de sistema de prioridade entre os casos, de modo que denúncias de cunho sexual, racista e LGBTfóbico tenham avaliações prioritárias. Além disso, solicitamos que se elabore um dossiê semestral, quantitativo, com relação as denúncias feitas na ouvidoria a serem divulgado pelos meios de comunicação da UFG, garantindo que seja especificado o caráter de cada uma das denúncias, sendo eles: assédio sexual, assédio moral, furto, racismo, LGBTfobia. Faz-se necessário, nesse caso, que o número de funcionários da ouvidoria aumente, contemplando as identidades étnicas, de gênero e orientação sexual.

- Sindicância e PAD

Hoje, a sindicância não é um processo seguro. Uma vez que possibilita encontro entre testemunha, denunciante e denunciado, favorecendo o acusado, no formato de uma metodologia extremamente intimidante. Reivindicamos, então, segurança neste processo, garantindo que denunciante e testemunhas não se encontrem com o denunciado e que seja preservada a identidade das testemunhas.

Nas sindicâncias e processos, a vítima não é notificada da abertura e nem do resultado final das tramitações. Exigimos que as vítimas possam ter acesso e acompanhar o andamento de seus processos. É preciso um curso de capacitação para os processos que envolver assédio, discriminação e violência por questões de gênero ou sexo, inclusive com

a inversão do ônus da prova, com especial consideração da palavra da vítima frente à do acusado, repudiando-se a apuração de culpa da vítima pela violência sofrida. Em casos graves e sempre que a vítima se sentir insegura, deve-se assegurar-lhe o seu depoimento sem a presença do acusado.

Exigimos que a UFG adote uma política firme contra todas as formas de discriminação, aplicando, em casos legais, a pena de exclusão de alunos e demissão de professores e técnicos.

- Conscientização

O modo mais efetivo de combate às práticas machistas, racistas e LGBTfóbicas é atuando na prevenção, sendo a educação e conscientização fundamentais para isto. Assim, servidores/as e seguranças devem ter cursos de formação ao menos uma vez ao ano em que sejam abordados os temas do assédio, violência sexual e moral, acolhimento de vítimas, racismo, questões LGBT, entre outras temáticas feministas e anti-racistas. Enfatizamos a necessidade da obrigatoriedade para professores em estágio probatório, para os que requererem progressão e para os que forem condenados em PAD, com penas menores que a exoneração. Para novos professores e professoras, tais temáticas devem fazer parte do curso obrigatório de formação, que inclusive deve ser reformulado. Tais cursos devem ser construídos em conjunto com estudantes, com chamado aberto para essas construções.

Deve-se, também, ter campanhas constantes de formação, que envolvam as mídias da UFG (TV, rádio, sites), além de campanhas com cartazes e adesivos, em toda a universidade, contra o assédio. Uma vez que tais temáticas devem ser trabalhadas cotidianamente e as violências também são em partes cometidas por estudantes, faz-se necessário que elas sejam abordadas em salas de aula, de forma que, exigimos que a UFG coloque uma matéria obrigatória sobre feminismo e que as temáticas raça, classe, gênero e sexualidade estejam no Projeto Político Pedagógico de cada curso. Por fim, solicitamos eventos anuais para toda comunidade UFG e abertos a comunidade em geral. É de extrema

necessidade que haja a conscientização sobre os grupos sócio-culturais marginalizados na semana de calourada e, também, em outros períodos, a fim de abarcar veteran@s.

- Acolhimento

Uma vez que casos de violência sexual, moral e racial são extremamente traumáticos, reivindicamos que, estejam entre os critérios prioritários de atendimento psicológico do programa Saudavelmente, o atendimento a vítimas de assédio e abuso moral, sexual e racial para estudantes e toda comunidade da UFG. Adotando-se, também, medidas adequadas para que a vítima não seja prejudicada em suas atividades acadêmicas.

- Transporte

Um dos aspectos que deixa a nós mulheres vulneráveis é a pouca quantidade de ônibus circulando na UFG, principalmente no período noturno, o que nos deixa vulneráveis no ponto. Assim, entendemos a necessidade de que se aumente este fluxo de ônibus, a partir das 19h, se necessário, com uma parceria com a RMTC. Além disso, deve ser criada uma linha de ônibus gratuita própria da UFG, que atenda os principais fluxos de estudantes para os terminais de Goiânia durante o período integral, programa com eficácia comprovada em sistema já existente na UFRJ. Contamos com a prioridade para o período noturno, com uma linha às 22:20, 22:40 e outra às 23:00. Solicitamos ainda uma linha Intercampi que garanta a mobilidade entre o Campus Colemar Natal e Silva e Campus Samambaia.

Por fim, após as 19h, todos os ônibus dessa nova linha devem parar não só nos pontos de ônibus, mas em qualquer ponto do trajeto, onde eventualmente a parada possa ser solicitada, considerando que em certos momentos não dá tempo de chegar ao ponto, fazendo com que percamos os ônibus.

- Autodefesa

Exigimos programas de autodefesa para grupos socialmente marginalizados – entende-se por grupos marginalizados pessoas negras, LGBT, mulheres, indígen@s e quilombolas – na universidade. Reforçamos a necessidade de uma periodicidade, com os horários e localidades que abarquem estudantes do noturno e campus I.

- Assistência e direito estudantil

A assistência estudantil, hoje, é insuficiente e seu direcionamento, por vezes, não é evidente e, tampouco, justo. Isso recai, principalmente, em nós mulheres, nos privando de bolsas, moradias, direitos maternos e direito a creche. Afim de superar isto, exigimos o aumento de vaga das DEI, que hoje não suportam a demanda de mulheres estudantes e funcionárias (servidoras e terceirizadas) da UFG. Um aumento de bolsas de assistência e de vagas na casa d@s estudantes, cujo critério de seleção considere em auto grau de relevância a vulnerabilidade social e mulheres mães. Por fim, reivindicamos um aumento da licença maternidade para mães que hoje é apenas de 90 dias e que esta não prejudique a vida acadêmica de nós mulheres.

- Apuração rigorosa para professores e demais categorias assediadores

Inúmeros relatos e denúncias foram feitas com relação a assédios dentro da UFG, principalmente de professor@s, deixando evidente seu despreparo para tratar de assuntos relacionados a questões de gênero e raciais. O corporativismo dos docentes prejudica muito o andamento das denúncias, e, por vezes, ocasiona no seu abafamento, em nome da UFG. De forma que exigimos um prazo limite para essas apurações. Professores, que tenham alguma denúncia de cunho étnico-racial ou de violência de gênero, caracterizado como nível médio ou baixo de gravidade, de acordo com os critérios da constituição, devem passar por cursos de reeducação, a ser elaborado em conjunto com @s estudantes. Os acusados por denúncias graves, de acordo com a constituição, devem ser expulsos.

Ademais, critérios como ações racistas, sexistas, etnofóbicas e LGBTfóbicas devem ser incluídos na avaliação do docente, tendo peso relevante na sua progressão de carreira.

- Democracia na universidade

Todas as pautas relacionam-se com a ausência de democracia na universidade, uma vez que uma cúpula bem restrita decide as prioridades políticas e todos os rumos da comunidade universitária. Desta cúpula, nós estudantes, assim como técnicas/os temos participação irrisória, e não conseguimos interferir de modo real nas decisões tomadas. Assim, reivindicamos participação democrática e paritária nas instâncias deliberativas da UFG. Exigimos, também, a previsão de plebiscitos para pautas mais significativas para toda a comunidade acadêmica. Além disso, exigimos uma **Auditoria** para elucidar e repensar o direcionamento de verba atual na UFG.

- Racismo

Exigimos que, quando os professores passarem pela progressão, prevista, passem, também, por um curso de educação para relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade. É necessário, também, que haja, sempre, um estande para falar de racismo, violência de gênero e sexualidade no espaço das profissões.

Além disso, é fundamental que sejam realizadas reuniões periódicas e audiências públicas, com @s diretor@s das unidades, sobre racismo institucional, considerando a especificidade, também da mulher negra. Nessas ocasiões, consideramos imprescindível a presença do corpo discente.

A pós-graduação também precisa de um momento de educação para as relações étnico-raciais. É imprescindível, também, a inclusão da política de cotas nos concursos para docência.

Consideramos fundamental que as denúncias de racismo, reportadas à ouvidoria, sejam, também, imediatamente, denunciadas criminalmente. Afinal, o racismo é crime e isso está previsto em lei.

Pedimos, também, a garantia de que o Núcleo de Estudos Afrodescendentes e Indígenas (NEADI) tenha autonomia para garantir a aplicação da Lei nº 10.639. Norma que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. É

necessária a autonomia do NEADI para a inclusão de disciplinas de cunho educador para relações étnico-raciais, de forma que seja garantido o seu fortalecimento no âmbito do tripé da universidade (ensino, pesquisa e extensão).

A sugestão, como medida imediata, é de que isso seja feito por meio do ensino à distância, considerando o percentual facultado pelo MEC às instituições, ou por meio da atualização da ementa de disciplinas com abertura a tal tema. A longo prazo, sugerimos a atualização dos PPCs.

Além da punição criminal dos atos racistas, exigimos, também, posicionamento desta instituição. Dessa maneira, exigimos abertura de processos administrativos e que os denunciados, quando forem professores, sejam afetados na progressão de carreira, prevista para cada dois anos. É necessário, também, que a vítima seja avisada do andamento do processo, já que, atualmente, apenas o denunciado fica a par deste processo.